

## FORMAÇÃO DE PROFESSORES KAINGANGS E A LICENCIATURA INDÍGENA: OS DESAFIOS DE UM CURSO DA UAB

**Alcir Luciany Lopes Martins**

Universidade Federal de Santa Maria

**Rodrigo de Moraes Pereira**

Universidade Federal de Santa Maria

**Sílvia Natércia Pedrozo Viana**

Universidade Federal de Santa Maria

**Vanessa Ribas Fialho**

Universidade Federal de Santa Maria

**RESUMO.** Este artigo relata a atuação da Coordenadoria de Tecnologia Educacional da UFSM (CTE/UFSM) junto ao curso de Licenciatura em Educação Indígena UAB/UFSM. De modo geral, trata-se de uma descrição informativa de atividades de apoio ao curso, realizadas com a participação de servidores da CTE/UFSM. Atendendo exclusivamente estudantes da etnia Kaingang de diferentes territórios e áreas indígenas do Rio Grande do Sul, o curso teve início no ano de 2019, em cinco polos de Apoio Presencial da UAB do estado. Além de dificuldades estruturais, limites de conectividade e de acesso aos recursos e equipamentos tecnológicos enfrentados pelos estudantes, a oferta do curso foi impactada pela Pandemia de Covid-19. Várias dificuldades no desenvolvimento do curso foram evidenciadas no relatório elaborado em 2021, pela Comissão Setorial de Avaliação da CTE/UFSM, a partir dos dados obtidos pela Avaliação Institucional. Articulando esforços com a Coordenação do Curso, a CTE/UFSM desenvolve ações e direciona investimentos para atender ao curso e as demandas dos estudantes kaingangs. A experiência relatada situa a Licenciatura em Educação Indígena nos marcos da história da escolarização indígena e das lutas dos povos originários por uma educação diferenciada. As considerações que finalizam o presente relato apontam dificuldades concretas na implementação do curso e indicam a urgência não só de investimentos e recursos financeiros, mas de um processo de reflexão pedagógico e metodológico que efetive a *indianização* da Universidade. Por fim, o relato também indica que o acompanhamento e apoio nos processos de avaliação e reconhecimento do curso, proporcionaram compreensão e entendimento das especificidades relativas ao curso, proporcionando aos servidores envolvidos, uma aproximação das temáticas e questões indígenas, de maneira ampla, além da formação de professores e da escolarização indígena.

**Palavras-chave:** Licenciatura Indígena. EaD. Indianização. Tecnologia. Avaliação Institucional.

## **1 INTRODUÇÃO**

Este texto relata ações de acompanhamento e apoio ao curso de Licenciatura em Educação Indígena da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), no âmbito do Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB). O relato apresenta um breve histórico do curso e as dificuldades enfrentadas durante sua realização. Para atender tais questões, a Coordenadoria de Tecnologia Educacional da UFSM (CTE/UFSM) direcionou investimentos e promoveu ações em conjunto com a coordenação do curso.

Importante ressaltar que o curso de Licenciatura em Educação Indígena, daqui em diante denominado simplesmente de LEI, teve início em 2019 e atendia, exclusivamente, estudantes da etnia Kaingang, advindas de diferentes territórios e áreas indígenas do Rio Grande do Sul, sendo distribuído em cinco polos de apoio presencial da UAB nesse estado.

Os impactos da Pandemia de Covid-19, a partir de 2020, ampliaram as já consideráveis dificuldades e limites dos estudantes para o acesso aos recursos tecnológicos e digitais. Esta combinação de fatores estabeleceu a necessidade de novas formas de mediação e interação entre o curso, a instituição, os estudantes, os polos e, até mesmo, com as Terras e Áreas Indígenas onde vivem os discentes desta licenciatura.

Dessa forma, tomando por base as demandas do curso e questões evidenciadas pela Avaliação Institucional da UFSM, no ano de 2021, a CTE/UFSM desenvolveu algumas ações, que incluíam destinação de recursos e material, para o atendimento de necessidades específicas do curso.

Tal mobilização institucional ocasionou significativa aproximação dos servidores envolvidos nas ações com o funcionamento e gestão do curso. Além disso, o contato com os estudantes e algumas comunidades kaingangs

proporcionou o reconhecimento de questões e temáticas indígenas, em uma perspectiva ampliada, gerando diferentes níveis de engajamento.

Ao final do relato serão apresentadas algumas considerações - mais provisórias que verdadeiramente - finais. Tratam-se de percepções e reflexões elaboradas por alguns *fög*<sup>1</sup> a partir dessa vivências junto aos estudantes kaingangs, a partir do apoio ao curso.

## 2 A LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO INDÍGENA EaD (UAB/UFSM): APONTAMENTOS SOBRE O CURSO E RELATO DE EXPERIÊNCIA

Considerando os limites de espaço deste texto, certamente algumas descrições e caracterizações apresentadas a seguir necessitam de mais detalhes ou aprofundamentos em outro momento oportuno, mas que serão pinceladas brevemente, a fim de que a contextualização permaneça coerente<sup>2</sup>.

Espera-se que tais lacunas e limites sirvam para provocar questionamentos e novos debates, instigando mais reflexão sobre nossas práticas e motivando novos escritos.

### 2.1 Contexto institucional e a criação do curso

Fundada no ano de 1960, a UFSM foi a primeira universidade federal no interior do país e seu campus sede localiza-se na região central do Rio Grande do Sul, a cerca de 290 quilômetros da capital do Estado. Atualmente são mais

<sup>1</sup> Em Kaingang, *fög* ou *fóg* é a palavra que designa uma pessoa não indígena. No caso, toda a equipe de servidores docentes ou técnico-administrativos em educação que atuam ou tiveram algum envolvimento com o curso, é composta por *fög*.

<sup>2</sup> Apesar do esforço para combinar síntese e qualidade descritiva, é bastante provável que sejam insuficientemente apresentados diversos aspectos da instituição, como o contexto regional e estadual e mesmo sua estrutura, organograma e funcionamento. Relatados por quem está imerso diariamente nos fazeres da UFSM, é considerável a chance de alguns detalhes receberem pouca atenção por serem tomados como óbvios ou já presumidos. É provável que muitas leitoras e leitores perceberão lacunas e indicarão limites do texto.

de 25 mil estudantes matriculados em 277 cursos. O quadro de servidores na ativa é composto por 2.045 servidores docentes e 2.499 técnico-administrativos em educação.<sup>3</sup>

Com a implementação do Reuni<sup>4</sup>, pelo Governo Federal, a UFSM, entre outras questões, ampliou sua área de atuação<sup>5</sup> com a criação e/ou fortalecimento de unidades avançadas e centros universitários em outras regiões do RS.

Diante da necessidade de reestruturação e engajamento em questões relativas à função social, especialmente no que diz respeito às Ações Afirmativas, incluindo a reserva de vagas no ensino superior, destinadas a grupos e segmentos específicos da sociedade, dentre os quais, as populações indígenas, a partir de 2007, a UFSM, de forma pioneira, começou a aplicar o sistema de cotas da instituição em 2008 - cinco anos antes da Lei de Cotas<sup>6</sup>, que foi sancionada em agosto de 2012.

Nesse cenário, ao articular a contribuição de diversas lideranças e representações indígenas e indigenistas na proposição e implementação de ações e espaços para valorizar e fortalecer a presença indígena no ensino superior, inseriu-se a problemática da formação de professores indígenas, tendo a LEI, na modalidade EaD<sup>7</sup>, tendo sido submetida ao Edital Capes nº

---

<sup>3</sup> UFSM em números, disponível em: <https://link.ufms.br/uITObI>, Acesso em: 29 de Agosto de 2023

<sup>4</sup> Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, cujos dados estão disponíveis em: <https://link.ufms.br/UFIGM>.

<sup>5</sup> Atualmente a UFSM possui quatro *campi* que integram um movimento de expansão e interiorização da oferta de ensino superior, quais sejam: a) campus Santa Maria - sede; b) campus de Frederico Westphalen; c) campus de Palmeira das Missões e d) campus de Cachoeira do Sul. Mais dados podem ser acessados em <https://link.ufms.br/vbwj4>.

<sup>6</sup> A Lei de Cotas estabelece a reserva de vagas para estudantes negras e negros, indígenas ou PCDs nas instituições federais de ensino, mas os programas e ações de acompanhamento e consolidação das ações afirmativas na instituição, já sugeriam um ambiente favorável para mais avanços.

<sup>7</sup> Oficializado na UFSM e contemplado com o fomento da CAPES via UAB, o curso dá início às atividades em cinco Polos de Apoio Presencial da UAB nos municípios gaúchos de Constantina,

05/2018, bem como aprovada em trâmites internos da instituição - Resolução UFSM nº 029/2018.

Integrado na estrutura organizacional do campus da UFSM em Frederico Westphalen, o curso surge nesse contexto de mobilizações sociais e movimentos institucionais que convergiam - não sem alguns entreechos - na direção da efetivação de políticas de ação afirmativa de diferentes matizes.

No entanto, apesar das expectativas e do discurso institucional favorável à sua implementação, o curso foi, como será descrito no tópico seguinte, revelando uma série de dificuldades e desafios.

## **2.2 Dificuldades e limites evidenciados no desenvolvimento da Licenciatura em Educação Indígena**

Em grande parte das Áreas, Reservas ou Terras Indígenas(TI) ocupadas pelas comunidades kaingangs, a cobertura por redes de internet é insuficiente ou mesmo inexistente. Além disso, faltam equipamentos adequados para o desenvolvimento das atividades do curso e aproveitamento satisfatório de recursos educacionais ou tecnológicos e somam-se dificuldades de deslocamento para acessar, com regularidade, a estrutura dos Polos de Apoio Presencial ou de outros espaços que disponibilizem Laboratórios de Informática ou acervos bibliográficos (digitais ou físicos) para estudo e realização de tarefas.

## **2.3 Avaliação Institucional da UFSM**

Com apenas 14,3% dos estudantes da LEI participando da Avaliação Institucional<sup>8</sup> aplicada em 2019, o curso obteve o menor percentual de

Novo Hamburgo, Palmeira das Missões, Tapejara, e Três Passos, composto exclusivamente por estudantes kaingangs.

<sup>8</sup> Comissão Própria de Avaliação. Disponível em: <https://link.ufms.br/FAe5m>. Acesso em: 29 de Agosto de 2023.

participação entre todos os cursos da UAB/UFSM. Sabendo que a participação dos estudantes da modalidade EaD alcança um percentual acima da média geral da participação discente, é possível inferir que o reduzido envolvimento dos estudantes indígenas não tem relação com a modalidade do curso, mas, provavelmente é mais um efeito causado pelas dificuldades já registradas acima.

## **2.4 Ações Desenvolvidas**

Com relação às ações desenvolvidas a partir dos resultados evidenciados pela Avaliação Institucional da UFSM, no ano de 2021, a CTE/UFSM desenvolveu algumas ações, como já referido anteriormente, que incluiu a destinação de recursos e materiais para o atendimento de necessidades específicas do curso.

Dentre as ações mencionadas, podem ser destacados os investimentos de recursos na aquisição de materiais e equipamentos para facilitar o acesso dos estudantes ao curso, que denominamos como compras. Da mesma forma, foram investidos recursos em transposição de materiais disponíveis no Ambiente Moodle para o formato impresso, o que facilitou o acesso aos conteúdos, durante a pandemia (que ocasionou o drástico isolamento ao que foram submetidos os estudantes da LEI).

Ainda foram realizadas atividades e encontros presenciais, após a flexibilização de regras no contexto pandêmico, a fim de que fosse possível resgatar o convívio social entre os estudantes, professores e a própria comunidade em si. Um evento importante que deve ser ressaltado é o “Dia I” que consistiu em encontros nos polos de apoio presencial UAB e espaços comunitários kaingangs.

Finalmente, mas não menos importante, ressalta-se o desenvolvimento de estágio extracurricular em que um acadêmico kaingang da LEI, com objetivo principal de produzir material didático para o curso, está desenvolvendo ações que permanecerão marcadas não só na história do curso, mas da comunidade como um todo, tendo em vista que este material poderá ser usado em todo o país e até mesmo fora dele.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Das experiências vivenciadas no acompanhamento e apoio ao curso de LEI, resultam, pelo menos, duas conclusões ou efeitos, percebidos de modo mais imediato e explícito.

Primeiramente, percebe-se que o atendimento efetivo dos anseios das comunidades indígenas pelo acesso a uma educação diferenciada, bilíngue e intercultural, não será alcançado pela simples oferta, transposição ou imposição de metodologias e recursos desenvolvidos de modo completamente alheio aos costumes, tradições e conhecimentos dos povos originários. A escolarização indígena, incluindo o ensino de nível superior, necessariamente necessita de fundamentos metodológicos e epistemológicos que contemplem os ritmos, processos, experiências, costumes e tradições de cada povo indígena.

A oferta de um curso na modalidade EAD, ao contrário de algumas expectativas otimistas, acabou por explicitar uma situação de desigualdade no acesso a recursos e ferramentas das tecnologias da informação e comunicação. E esta desigualdade não será resolvida apenas através de propostas bem escritas e fundamentadas. Há uma desigualdade material explícita que precisa ser resolvida.

Por outro lado, é possível considerar como resultado positivo dessas experiências, as vivências entre servidores da UFSM e comunidades kaingang, gerando um processo de reconhecimento de causas indígenas que perpassam a escolarização e a formação de professores, mas envolvem também muitas outras questões.

#### 4 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais**. Disponível em <https://link.ufms.br/BmAuB>. Acesso em: 29 ago. 2023.

BRASIL. Resolução CNE/CEB no. 5, de 22 de junho 2012. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica**. MEC/CNE/CEB, 2012.

LUCIANO, Rosenilda Rodrigues de Freitas; SIMAS, Hellen Cristina Picanço; GARCIA, Fabiane Maia. Políticas públicas para indígenas: da educação básica ao ensino superior. **INTERFACES DA EDUCAÇÃO**, [S. l.], v. 11, n. 32, p. 571–605, 2020. DOI: 10.26514/inter.v11i32.4009. Disponível em: <https://link.ufms.br/eAhpR>. Acesso em: 15 ago. 2023.

UFSM em Números. Disponível em <https://link.ufms.br/8yPpJ>. Acesso em: 29 ago. 2023

Wiesemann, Ursula Gojtéj Kaingang - **Português | Português - Kaingang Dicionário** / Ursula Gojtéj Wiesemann; Curitiba : Editora Evangélica Esperança, 2002 Título do original: Kaingang - Português Dicionário Bilingue ISBN 978-85-86249-61-7 Disponível em <https://link.ufms.br/HFLPC>. Acesso em: 29 ago. 2023

#### Sobre os autores

##### Rodrigo de Moraes Pereira

Graduação em Administração - Bacharelado pela UNOPAR(2021). Especialização em EaD e Tecnologias Digitais pela UNOPAR(2023). Assistente em administração na CTE/PROGRAD/UFSM.

E-mail: [rodrigopereira@cead.ufsm.br](mailto:rodrigopereira@cead.ufsm.br)

*Alcir Luciany Lopes Martins; Rodrigo de Moraes Pereira; Sílvia Natércia Pedrozo Viana; Vanessa Ribas Fialho.*

### **Alcir Luciany Lopes Martins**

Mestrado em Ciências Sociais pela UFSM (2014). Doutorando em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSM. Técnico-Administrativo em Educação na CTE/PROGRAD/UFSM.

E-mail: [alcir.martins@ufsm.br](mailto:alcir.martins@ufsm.br)

### **Vanessa Ribas Fialho**

Doutorado em Letras pela Universidade Católica de Pelotas (2011). Professor Associado Nível 2 da Universidade Federal de Santa Maria.

E-mail: [vanessafialho@gmail.com](mailto:vanessafialho@gmail.com)

### **Sílvia Natércia Pedrozo Viana**

Graduação em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria (2002). Especialização em Direito do Trabalho pela Universidade Gama Filho (2010). Graduanda em Letras Licenciatura - habilitação em Espanhol e Literaturas pela Universidade Federal de Santa Maria. (em andamento)

E-mail: [silvia@cead.ufsm.br](mailto:silvia@cead.ufsm.br)

### **Licença de acesso livre**



A **ESUD | CIESUD** utiliza a [Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/), pois acredita na importância do movimento do acesso aberto ao conhecimento.